

ATA NÚMERO 96

Reunião do Grupo de Trabalho sobre Aquacultura

18 de setembro de 2025

📍 Las Palmas – Ilhas Canárias ([NH Imperial Playa](#)) - Híbrido

14h00 - 17h00 (hora local) | Int: PT, FR, ESP

Introdução. Natureza da reunião

Às catorze horas do dia dezoito de setembro de dois mil e vinte e cinco, reuniu-se o Grupo de Trabalho sobre Aquacultura do Conselho Consultivo para as Regiões Ultraperiféricas (CCRUP) em modo híbrido, a partir do Hotel *NH Imperial Playa*, com interpretação simultânea em português, francês e espanhol.

Boas-vindas do presidente do Grupo de Trabalho sobre Aquacultura e adoção de agenda

O Sr. François Herman (*Syndicat des Producteurs Aquacoles de Guadeloupe* e presidente do grupo de trabalho) deu início à reunião dando as boas-vindas a todos presentes e aos que assistiam remotamente. Após apresentação da agenda, a mesma foi aprovada por unanimidade.

1. Informações administrativas

A Secretária-Geral informou que a reunião estava a ser gravada para efeitos de ata, que havia interpretação disponível em português, francês e espanhol. Informou também que a ata da última reunião do dia 18 de março de 2025 tinha sido aprovada a 17 de setembro de 2025. Como observadores na reunião estavam inscritos o Sr. Benoit Guerin da *BG Sea Consulting*, o Sr. Élie Touzé e a Sra. Mirella Laurence da *Collectivité Territoriale de Saint Martin*, a Sra. Montserrat Gimeno Ortiz do *Grupo de Acción Costera de Gran Canaria* e o Sr. Rui Catarino do *Internacional Council for the Exploration of the Sea* (ICES).

2. Formação em aquacultura nas RUPs: Ana Rodrigues - Escola do Mar dos Açores

A Sra. Ana Rodrigues começou por apontar a importância da Escola do Mar dos Açores (EMA) no âmbito da Aquacultura. A EMA, com cinco anos de existência, encontrava-se integrada numa associação vocacionada para o desenvolvimento e formação ligados ao mar, com sede na cidade da Horta, ilha do Faial, beneficiando também do contexto histórico e científico associado ao Departamento de Oceanografia e Pescas da Universidade dos Açores. A atividade da EMA esteve, nos seus primeiros anos, maioritariamente orientada para a certificação da escola, nomeadamente através de formações de curta duração, mas também para a formação profissional com dupla certificação e equivalência ao 12.º ano. Informou que a EMA pertencia à associação para o desenvolvimento e formação do mar dos Açores e que a instituição se encontrava

certificada há cerca de três anos para ministrar formação credenciada em várias áreas, tendo passado pela escola aproximadamente dois mil formandos nesse período. Referiu os dois polos de formação existentes: um dedicado a avarias, mergulho profissional e combate a incêndios, e outro orientado para a construção naval e mergulho. Para além disso, salientou o enquadramento institucional da EMA, integrada numa associação com várias valências, entre as quais uma incubadora de base tecnológica, projetos de zona livre tecnológica e iniciativas ligadas ao desenvolvimento do mar, em articulação com o Governo Regional, principal associado, e com instituições de ensino superior. No âmbito da formação profissional, destacou que, após a implementação do curso de construção naval e embarcações de recreio, decidiram abrir o curso profissional de técnico de aquacultura. Aquela decisão esteve relacionada com a criação do Tecnopolo-Martec, um centro dedicado à aquacultura, bem como com a perceção de que este setor teria um papel relevante no futuro da região. No entanto, apesar de alguma procura, não foi possível reunir o número mínimo de alunos necessário para a abertura da turma, evidenciando um desconhecimento significativo sobre a área da aquacultura, sobretudo entre os jovens. Reconheceu a inexistência de uma estratégia regional plenamente definida para a aquacultura, o que levou a EMA a considerar uma abordagem centrada na componente tecnológica, identificando: necessidades, constrangimentos e oportunidades de desenvolvimento. Nesse sentido, foi manifestada a intenção de, numa fase inicial, privilegiar ações de formação de curta duração e pequenas certificações, bem como o desenvolvimento de projetos tecnológicos associados à aquacultura, em articulação com o Tecnopolo-Martec. Por fim, sublinhou a importância de reforçar a comunicação e a literacia sobre a aquacultura junto das escolas e da população em geral, de modo a clarificar o papel e a relevância do técnico de aquacultura para o sucesso do setor. A EMA manifestou total disponibilidade para colaborar, recolher contributos e trabalhar em conjunto com as entidades interessadas no desenvolvimento desta área na Região Autónoma dos Açores.

3. Perguntas e respostas

O Sr. François Herman agradeceu a apresentação e referiu que continuava a ser difícil mobilizar potenciais alunos para formações permanentes na área da aquacultura e que já tinha sido equacionada a possibilidade de implementar módulos de formação de menor duração, mais especializados e com conteúdos mais circunscritos, como alternativa aos cursos longos. Assinalou ainda que não era um desafio exclusivo da realidade local, verificando-se o mesmo noutros contextos. Informou que apesar da importância de formar pessoas com elevada qualificação, subsistiam dúvidas quanto às oportunidades de trabalho disponíveis após a formação e que com base na sua experiência de mais de 35 anos enquanto empreendedor na área da aquacultura, referiu que, em vários departamentos e regiões francesas, a principal carência não era tanto de técnicos, mas de empreendedores suficientemente qualificados para desenvolverem os seus próprios projetos. Nas condições atuais, os técnicos formados dificilmente encontrariam emprego nos seus territórios de origem, sendo muitas vezes obrigados a procurar oportunidades a nível internacional. Mesmo assim, referiu que o acesso ao emprego em grandes empresas permanecia competitivo e internacionalizado, com equipas compostas por profissionais

de várias nacionalidades. A aquacultura constituía uma atividade altamente especializada, que não podia ser improvisada e que nem a experiência na pesca nem o conhecimento dos mercados eram, por si só, suficientes para garantir sucesso na aquacultura, tratando-se de uma profissão autónoma que exigia formação específica e sólida. Nesse sentido, a formação era considerada um elemento essencial e estruturante para o desenvolvimento do setor. Por fim, questionou se tinha sido ponderada a possibilidade de abrir as formações a outras regiões, nomeadamente através da criação de bolsas que permitissem acolher estudantes provenientes da Guadalupe, *Guyane* Francesa ou Canárias, atendendo a que nem todos os territórios dispunham de meios para organizar cursos próprios. Tendo em conta a distância geográfica e a impossibilidade de regressarem aos seus territórios de origem aos fins de semana, colocou a questão da capacidade de alojamento desses alunos durante o período de formação.

A Sra. Ana Rodrigues esclareceu que o curso profissional em causa incluía, para os alunos provenientes do exterior, as despesas de deslocação, alojamento e uma bolsa de apoio à formação e referiu também que o número de vagas era limitado, sendo a prioridade das vagas para os alunos locais, embora existisse uma quota específica destinada a candidatos externos. Sublinhou que a EMA sempre considerou essencial que a formação ministrada fosse devidamente certificada, uma vez que apenas dessa forma a qualificação obtida poderia integrar o percurso académico e profissional dos formandos. A instituição pretendia continuar a investir naquele caminho e insistir na consolidação da formação na área da aquacultura, reconhecendo, no entanto, que se tratava de um processo gradual e exigente, sobretudo quando comparado com outras áreas onde já existiam formações de curta duração devidamente estruturadas. Afirmou que, ao contrário do que acontecia noutras áreas, como a pesca, a aquacultura não dispunha, à data, de várias categorias ou níveis de certificação intermédios. Nesse sentido, foi considerado necessário um esforço de reflexão interna e conjunta, de modo a compreender de que forma poderiam ser desenvolvidas novas soluções formativas. Enquanto entidade certificada, a EMA encontrava-se limitada às formações constantes do Catálogo Nacional de Qualificações, sendo esta a única via que permitia igualmente o acesso a financiamento público, condição essencial para a sustentabilidade dos projetos formativos. Por fim, salientou que subsistiam várias questões que exigiam uma reflexão aprofundada e partilhada, nomeadamente a identificação de necessidades imediatas do setor e a forma como os alunos poderiam, à semelhança do que já acontecia noutras certificações, integrar percursos profissionais e de trabalho em Portugal após a conclusão da formação. Referiu que a abertura do curso teve por base a existência de um centro em fase de implementação, bem como as relações estabelecidas com outras entidades, tanto nos Açores como fora da Região, onde se identificava necessidade de formação nesta área. À semelhança do que acontecia com o curso de construção naval, nem todos os formandos permaneceriam nos Açores após a conclusão da formação, sendo expectável que alguns viessem a exercer a sua atividade noutras regiões, no entanto, a área da aquacultura ainda não se encontrava devidamente compreendida, nem plenamente reconhecida quanto à sua importância e potencial, o que condicionava a adesão e a valorização daquele tipo de formação.

O Sr Íñigo Bosch Canals (*Dirección General de Pesca de Canarias*) referiu que nas Canárias, a *Dirección General de Pesca de Canarias* dispunha de dois institutos de

formação marítimo-pesqueira, nos quais eram transmitidos conhecimentos relevantes para o setor, ainda assim, reconheceu que existia um longo caminho a percorrer no desenvolvimento da aquacultura, tanto ao nível da formação como da investigação, tratando-se de um campo com grande margem de evolução. No domínio da investigação, salientou o papel das Universidades de Las Palmas e de Tenerife, nomeadamente da *Universidad de La Laguna*. Contudo, afirmou que a componente formativa da aquacultura apresentava desafios acrescidos, por se tratar de um setor fortemente mercantilizado, em que a aprendizagem exigia um investimento significativo.

O Sr. François Herman afirmou que embora a componente teórica fosse essencial, a formação dependia fortemente da prática, sendo fundamental a existência de empresas capazes de acolher os alunos para estágios e formação em contexto real de trabalho. Na ausência dessas empresas, tornava-se difícil garantir a formação de técnicos e trabalhadores devidamente qualificados.

O Sr. Íñigo Bosch Canals afirmou ainda que existia mercado de trabalho sobretudo em empresas canárias que apostavam de forma consistente na aquacultura, beneficiando de um tecido empresarial sólido, empresas essas que se encontravam maioritariamente localizadas nas ilhas da Gran Canaria e de La Palma, mantendo elevados níveis de empregabilidade no mercado local. Esse desenvolvimento foi também associado ao apoio de fundos europeus, que contribuíram para a consolidação do setor. Por fim, mencionou que, para além dos institutos de formação marítimo-pesqueira, tradicionalmente mais centrados na pesca artesanal, o setor da aquacultura começou a assumir um carácter mais inovador a partir de 2017–2018, com a implementação do Programa de Apoio à aquacultura (PROAC). Desde então, verificou-se um incentivo crescente à atividade, refletindo-se numa elevada empregabilidade, particularmente na ilha de La Palma, e também, ainda que em menor escala, em Tenerife e em Las Palmas.

O Sr. Jean-Michell Cotrebil (*Comité Régional des Pêches Maritimes et des Élevages Marins de Martinique*) afirmou que a 25 de setembro daquele ano, estava agendada uma reunião com a Comissão de Aquacultura e que o objetivo da reunião era discutir uma proposta para aproximar a escola de formação marítima e aquacultura da Martinica, visando que mais jovens pudessem integrar o setor da aquacultura. Lamentou que o apoio atual não estivesse a dar os resultados esperados e, por isso, a proposta visava criar uma abordagem mais eficaz para a formação na área. Comentou que a aquacultura estava a ser discutida no contexto da autonomia alimentar e da sustentabilidade do setor, no entanto, destacou que a gestão dos recursos na aquacultura, continuava a ser uma das maiores dificuldades enfrentadas pelos aquicultores, não só na Martinica, mas também em outras regiões. A falta de uma abordagem mais prática e acessível para garantir uma gestão eficiente dos recursos foi um dos pontos críticos mencionados. Em relação à Martinica, a situação era ainda mais complicada devido ao aumento massivo de sargaço nos últimos três anos e que aquele problema tinha sido considerado uma das grandes dificuldades para a viabilidade das aquaculturas, uma vez que a presença de sargaços tornava a gestão ainda mais difícil e ineficaz. Além disso, a questão da mão de obra qualificada foi abordada, uma vez que o setor da aquacultura não era atrativo para muitos jovens, o que dificultava o recrutamento de trabalhadores. Recentemente, a coletividade territorial da Martinica tinha recrutado dois técnicos para ajudar a impulsionar a área

aquícola, mas era necessário que surgissem mais soluções para o setor, de forma a estimular o crescimento e a profissionalização do mesmo. Destacou que não havia uma concorrência direta entre os pescadores e os aquicultores, mas sim um desejo comum de melhorar o setor. Alguns pescadores manifestaram interesse em aprender os métodos da aquicultura, mas enfrentavam dificuldades devido à complexidade administrativa envolvida. Sugerido que a simplificação dos processos burocráticos, como as concessões e as Autorizações de Ocupação Temporária (AOT), era fundamental para agilizar o crescimento do setor da aquicultura, para garantir o sucesso e a expansão da atividade, era necessário reduzir as barreiras administrativas e atrair mais jovens para o setor.

A Sra. Ana Rodrigues afirmou que o objetivo era começar a introduzir o tema da aquicultura de forma progressiva, ligando-o a áreas mais atrativas para os jovens, como a componente tecnológica. Destacou que se pretendia investir em cursos de curta duração, que pudessem agregar valor à formação, e, posteriormente, tentar construir um currículo baseado nessas pequenas valências, com a atribuição de créditos. A ideia era, assim, desenvolver uma formação mais sólida e concreta na área da aquicultura.

Pontos de acção:

Não foi determinado nenhum ponto de ação para este tema.

4. Plano Regional de Gestão da Aquicultura – PROAC: Jordi Fraut -
Dirección General de Pesca del Gobierno de Canarias

O Sr. Íñigo Bosch Canals afirmou que iria fazer uma breve introdução ao *Plan Regional de Ordenación de la Acuicultura* (PROAC), aprovado nas Canárias desde 2018, o qual foi pioneiro e até aquele dia continuava a ser o único em toda a Espanha. A aquicultura emergiu como uma boa oportunidade para impulsionar a economia, especialmente no contexto do horizonte 2030, com o foco na economia azul e nos produtos locais. Diversos fatores contribuíram para o sucesso daquele plano, como a demografia das Canárias, a mudança populacional, a proximidade com o mercado peninsular e a criação de um nicho de mercado para os produtos e espécies aquícolas da região. Destacou que, do ponto de vista económico, a aquicultura foi reconhecida como um setor estratégico na Zona Especial Canária (ZEC), uma área com benefícios fiscais para empresas, o que ajudou a atrair o setor para a região e até possibilitou o acolhimento de empresas locais. O plano regional visava a criação de zonas no mar adequadas para os cultivos marinhos. O sucesso do plano resultou do elevado grau de execução dos fundos europeus, fator determinante para garantir a continuidade sustentável do projeto. Nas Canárias, a descentralização das competências, em contraste com modelos mais centralizados noutras regiões, permitiu uma articulação eficaz entre a administração local, o governo regional e o setor privado, sendo a Comissão Regional Aquícola um elemento-chave para o sucesso do plano.

O Sr. Jordi Fraut (*Dirección General de Pesca de Canarias*) afirmou que foi membro da equipa redatora do PROAC e, atualmente, colaborava com a Direção Geral de Pesca das Canárias na sua implementação e desenvolvimento nas suas várias linhas de

atuação. Aquele plano incluía, entre outros, a divisão do domínio público marítimo-terrestre em zonas, classificando-as como zonas aptas, proibidas e zonas de interesse aquícola. Além disso, determinava a localização das explorações pré-existentes à aprovação do plano, a definição das espécies proibidas e de interesse para a aquacultura nas Canárias, as suas características e condições, que podiam variar consoante as diferentes zonas delimitadas. O PROAC, como parte do sistema de planeamento das Canárias, era um instrumento de planeamento sectorial de âmbito regional, sujeito tanto às diretrizes de ordenação como aos planos insulares, nomeadamente os planos de ordenação dos recursos naturais de cada ilha. O objetivo do PROAC, era contribuir para o crescimento sustentável da aquacultura nas Canárias, compatibilizando esse desenvolvimento com a conservação e proteção dos recursos naturais e ecossistemas locais, e com os diferentes usos do meio marinho. Além disso, o PROAC visava promover uma ordenação integrada dos diversos usos do ambiente marinho e dividir esse espaço em zonas específicas. O âmbito de ordenação incluía todo o território marinho das Canárias, incluindo a zona económica exclusiva (ZEE), embora, por questões técnicas relacionadas com as comunidades marinhas, a ordenação fosse limitada à zona costeira até aos 50 ou 80 metros, dependendo da ilha ou setor. O processo de aprovação do plano durou mais de 10 anos e foi realizado em várias fases, incluindo a elaboração de um rascunho, aprovação provisória e várias etapas de consulta pública e participação das administrações afetadas. Durante esse processo, foram feitas várias sugestões, que enriqueceram o plano e resultaram em algumas modificações. O plano foi então analisado pela Comissão de Aquacultura e finalmente aprovado pelo Governo das Canárias. O desenvolvimento do plano seguiu uma metodologia clara, primeiro, houve uma fase de recolha de informações, que incluiu uma análise de características ambientais do território terrestre e marinho, bem como de dados socioeconómicos e territoriais das diferentes ilhas. Seguiu-se uma fase de diagnóstico, na qual foram definidas as unidades ambientais homogêneas para o âmbito marinho e as zonas territoriais socioeconómicas para o âmbito terrestre. Informou também que posteriormente, foi desenvolvida a fase de ordenação, onde se estabeleceram os critérios para a delimitação das zonas de interesse, por exemplo, na ilha de Gran Canaria, foram identificadas diversas zonas com base em fatores como as correntes e as comunidades marinhas. Essas zonas foram classificadas como zonas de interesse, proibidas ou de interesse aquícola. O último passo foi a elaboração de um documento normativo, que estabelecia todas as determinações para a implementação do PROAC, incluindo a ordenação detalhada das zonas de interesse e outras regulamentações, particularmente no que dizia respeito à proteção ambiental. A implementação do PROAC focava-se principalmente na ordenação detalhada das zonas de interesse, que era realizada numa escala mais local, com foco em cada zona específica. Após a aprovação da ordenação detalhada, podiam ser abertos concursos para projetos de aquacultura, permitindo que as empresas apresentassem as suas propostas para a implementação de concessões de aquacultura. Além disso, afirmou que o PROAC também se preocupava com a criação de uma relação de espécies de interesse para a aquacultura nas Canárias e para tal, era elaborado um documento justificativo e um relatório técnico-biológico das espécies, analisando o seu potencial para a aquacultura, o seu perfil nutricional e outros aspetos técnicos. A primeira modificação da lista foi realizada em abril de 2021, com a

inclusão de várias espécies de macroalgas, pepinos-do-mar (*Holothuria sanctori*) e outras espécies marinhas. Finalmente, destacou a importância do plano regional no contexto europeu, nomeadamente no âmbito das estratégias da União Europeia para a Economia Azul e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, especialmente o Objetivo 14, que visava a conservação e o uso sustentável dos oceanos. A aquacultura nas Canárias, como atividade ordenada e bem gerida, contribui para reduzir a pressão sobre as espécies selvagens, promovia a segurança alimentar e apoiava práticas ambientais responsáveis, alinhadas com os critérios ecológicos, económicos e sociais da União Europeia. O PROAC visava também posicionar as Canárias como líder em modelos de aquacultura rentáveis, inovadores e ambientalmente sustentáveis.

5. Perguntas e respostas

O Sr. François Herman questionou se fosse um investidor e, ao procurar uma área disponível para se instalar, e se quisesse desenvolver uma produção, se o Sr. Fraut poderia indicar quais as espécies autorizadas ou os limites estabelecidos e qual a zona adequada para a sua atividade. Ou se, enquanto empreendedor, teria de reiniciar todo um processo de estudo de impacto e caracterização da zona. Referiu que pelo que tinha percebido, aquele trabalho já tinha sido feito, ou seja, poderia avançar com a instalação e cumprir as exigências previstas pelo PROAC. Afirmou que tinha conhecimento que, nas Canárias, havia uma autonomia governamental que permitia estabelecer legislações ambientais próprias, com alguma flexibilidade em relação às leis do Estado Espanhol, já na Guadalupe não era o caso, estavam sujeitos a regulamentos específicos. Afirmou que nesse sentido, enquanto investidores e promotores de atividades, acabavam por ter de recorrer a estudos aprofundados e demorados para provar que não iam causar impactos ambientais negativos e que eram processos longos e dispendiosos. Questionou ainda se no caso do PROAC, seria possível acelerar o processo e permitir aos investidores superar certas etapas que ainda eram exigidas.

O Sr. Jordi Fraut afirmou que os procedimentos nas Canárias e em Espanha, incluíam uma legislação que tinha de ser cumprida e que implicava igualmente o cumprimento dos prazos no momento da implantação dos projetos. Tratava-se de um instrumento de planeamento que integrava uma avaliação ambiental ao nível da planificação. No entanto, quando se passava ao projeto concreto, apesar de o *Plan Regional de Ordenación de la Acuicultura de Canarias* (PROAC) prever determinadas garantias para que as zonas viessem a obter a respetiva licença de desenvolvimento, existiam ainda outros trâmites de avaliação de impacto ambiental estabelecidos pela legislação nacional. Nesse contexto, a Lei n.º 21/2013 determinava que as concessões ou instalações de aquacultura com produção superior a 500 toneladas, o que correspondia praticamente à totalidade dos pedidos, exigiam obrigatoriamente a realização de uma nova avaliação de impacto ambiental. Isso implicava tempo e custos para o promotor ou para o empresário que pretendia desenvolver a sua atividade, no entanto, garantia que, nas zonas onde o uso aquícola seria aprovado, era mais provável alcançar os objetivos definidos. Ainda assim, existiam por vezes dificuldades relacionadas com a articulação entre diferentes administrações, que defendiam interesses próprios e que nem sempre

colaboravam da forma mais eficaz. Em muitos casos, os processos acabavam por ser concluídos com sucesso, noutros, tornavam-se mais demorados e complexos.

O Sr. François Herman questionou se podiam recuar historicamente às origens do desenvolvimento da aquacultura nas Ilhas Canárias e quais tinham sido os fatores que permitiram a instalação dos primeiros operadores e até que ponto as autoridades locais tinham desempenhado um papel favorável. Que tipo de medidas políticas ou regulatórias tinham sido adotadas e que ações concretas tinham sido implementadas para garantir o arranque efetivo da atividade, a qual revelou, desde cedo, um desenvolvimento bastante significativo.

O Sr. Jordi Fraut afirmou que a partir da década de 1990, se tinham iniciado as primeiras concessões e que, desde então, o Governo das Canárias tinha promovido de forma significativa o envolvimento de setores marítimos, como as confrarias de pescadores incentivando-os a apostar naquela atividade. Esse enquadramento permitiu, em particular na ilha de Tenerife, o desenvolvimento de numerosas pequenas concessões, que foram sendo progressivamente implementadas. Posteriormente, o crescimento estendeu-se à Gran Canária e evoluiu de forma relativamente linear até à crise financeira de 2008, período em que surgiram algumas dificuldades. Por outro lado, tanto o Governo das Canárias como o Governo Nacional tinham também apoiado a atividade através da aposta na formação de recursos humanos. Existiam dois institutos relevantes: em Taliarte, na ilha da Gran Canária, onde funcionava um curso de formação profissional destinado à preparação de técnicos para trabalhar em instalações de aquacultura e existia igualmente a Faculdade de Ciências do Mar, que oferecia um mestrado em aquacultura e integrava formação específica naquela área. Acrescentou ainda a existência de um instituto náutico em Lanzarote, que disponibilizava formação profissional específica orientada para a aquacultura. Desse modo, a aposta na atividade foi feita em várias frentes complementares. Considerou que aquele conjunto de fatores, aliado à vantagem relativamente à temperatura da água, tinha contribuído de forma determinante para o desenvolvimento do setor e que do ponto de vista económico, este contexto tornava a atividade mais rentável.

O Sr. Íñigo Bosch Canals referiu a existência da Zona Especial das Canárias (ZEC), que era um território de baixa tributação fiscal para empresas que pretendessem investir nas Canárias, desde que cumprissem um conjunto de requisitos específicos. Informou que existia uma lista de atividades autorizadas ao abrigo daquele regime, entre as quais se incluía a aquacultura, contudo, até ao momento, os investidores no setor da aquacultura eram essencialmente de origem local. A maioria, ou praticamente a totalidade, das empresas que desenvolviam atividades de aquacultura no arquipélago eram empresas canárias, que tinham optado por diversificar a sua atividade e que muitas dessas empresas provinham de setores ligados à pesca extrativa ou a outras atividades económicas e que tinham investido na aquacultura ao longo das décadas de 1990 e 2000. Essas empresas podiam igualmente beneficiar do regime de baixa tributação fiscal da ZEC. Acrescentou ainda que aquele enquadramento era complementado pelo Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas, que abrangia tanto a pesca como a aquacultura e que representava uma importante injeção para o desenvolvimento das concessões.

O Sr. Jorge Gonçalves (*Associação de Produtores de Espécies Demersais dos*

Açores) solicitou informação sobre o tipo de espécies que estavam a ser produzidas, naquele momento, nas Canárias e se a produção incidia exclusivamente sobre espécies nativas ou autóctones. Pediu ainda esclarecimento quanto à existência, ou não, de impactes negativos sobre outras espécies, nomeadamente no que respeitava a eventuais problemas com as jaulas, ruturas das estruturas ou fugas de exemplares para o meio natural, que pudessem alterar a dinâmica dos ecossistemas. Solicitou que se identificassem os impactes negativos associados aquele tipo de infraestruturas, tendo sido referido que não se conhecia a dimensão das instalações existentes, se eram de grande ou pequena escala, nem os tipos de impactes. Recordou que a população mundial se encontrava em crescimento e que a disponibilidade de proteína animal de origem selvagem não seria suficiente para responder às necessidades alimentares globais. No entanto, salientou que eram conhecidas situações problemáticas associadas à produção intensiva de salmão (*Salmo salar*) no norte da Europa e no Chile, onde, nem todos os processos estariam a decorrer de forma satisfatória. Admitiu que esses problemas pudessem estar relacionados com modelos de produção excessivamente intensivos e com a perda de controlo sobre determinados aspetos da atividade.

O Sr. Jordi Fraut afirmou que se observou que poucos indivíduos conseguiram sobreviver de forma autónoma e na maioria dos casos estudados, o robalo (*Dicentrarchus labrax*), que apresentava nas Canárias uma circunstância bastante particular quando comparada com a situação na Península Ibérica. Devido à temperatura das águas, não se verificava a maturação das gónadas, o que impedia a postura de ovos. Assim, o robalo não chegava a atingir um grau de maturação que lhe permitisse reproduzir-se e, por essa razão, não ocorreu reprodução nas ilhas, nem as potenciais repercussões associadas, como a hibridação com espécies selvagens. Esclareceu ainda que os exemplares selvagens daquela espécie não eram propriamente originários das Canárias, mas sim das águas da costa ocidental de África. Contudo, devido ao fenómeno das correntes marítimas, chegavam às Canárias, onde cresciam, mas não se reproduziam. Com base nesses dados, estavam convictos de que a aquacultura, quando bem planeada e devidamente ordenada, e desde que a localização das explorações fosse criteriosamente escolhida, poderia ser sustentável e compatível com a preservação dos ecossistemas e do meio marinho. Salientou a necessidade de existir sempre um controlo por parte da administração sobre os empresários, de modo a garantir uma gestão adequada da atividade. No caso concreto do plano, foi definida uma exigência de carácter ambiental que determinava que a instalação das jaulas deveria ocorrer em locais onde a profundidade da água fosse, no mínimo, o dobro da profundidade da rede, estabelecendo-se, a título exemplificativo, que uma rede com 20 metros de profundidade só poderia ser instalada em águas com, pelo menos, 40 metros de profundidade. Por fim, referiu que a análise das concessões mal localizadas, implementadas na década de 1990 em zonas que, à luz do conhecimento atual, não eram adequadas ao desenvolvimento da atividade, demonstrou que, após a cessação da aquacultura, a capacidade de autorrecuperação do meio marinho se revelou bastante elevada. Essa capacidade permitiu a recuperação dos *habitats* e das comunidades biológicas afetadas, revertendo os impactes anteriormente provocados pela atividade aquícola nessas áreas.

O Sr. Pedro Melo (*Associação dos Comerciantes do Pescado dos Açores*) afirmou que a questão já tinha sido, de certa forma, abordada anteriormente, prendendo-se com saber se o plano identificava espécies que fossem realmente relevantes para as Canárias ou se, pelo contrário, cabia aos promotores, dentro de um conjunto de espécies autorizadas, escolher aquela que considerassem mais adequada aos seus interesses, estruturando assim o respetivo projeto.

O Sr. Jordi Fraut afirmou que tinham existido diversos projetos de investigação orientados para a produção de espécies locais. Reconheceu que a dourada (*Sparus aurata*) e o robalo eram espécies provenientes de mercados europeus e cultivadas noutras regiões da Europa, mas que, ainda assim, vários projetos de investigação tinham procurado apostar em espécies autóctones. Um dos projetos mais relevantes incidiu sobre o pargo (*Pagrus pagrus*), e que nesse caso, tinha sido possível atingir tamanhos comerciais, tendo-se verificado que a espécie apresentava um bom crescimento. Chegou mesmo a obter-se um peixe com características muito específicas, nomeadamente uma coloração bastante particular, distinta da dourada e do robalo, e semelhante à dos exemplares capturados em meio selvagem, o que lhe conferia um valor comercial potencialmente elevado. No entanto, referiu que o principal obstáculo residiu na ausência de investidores ou promotores dispostos a apostar no cultivo daquela espécie. Tal devia-se, em grande medida, ao facto de não existirem empresas fornecedoras de juvenis, o que implicava a necessidade de criar toda a infraestrutura de produção desde o início, tornando o investimento mais arriscado e com custos mais elevados.

O Sr. Jean Michel Cotrebil (*Comité Régional des Pêches Maritimes et des Élevages Marins de Martinique*) agradeceu o esclarecimento sobre os estudos de impacto ambiental, no entanto, no diapositivo apresentado, não constava a indicação da distância das áreas onde eram instaladas as explorações aquícolas. Observou que a apresentação era bastante detalhada, mas, no âmbito da análise ambiental, destacou que a qualidade da água estava a ser afetada não só pelas alterações climáticas, mas também pela poluição. Questionou, de que forma se controlava a poluição da água, em particular em relação aos resíduos e ao funcionamento das estações de tratamento, dado que na Martinica essa gestão é particularmente complexa. Relativamente à alimentação, colocou a questão de como era possível gerir todo o processo de fornecimento de rações, considerando que a entrada desses produtos no território podia apresentar dificuldades. Por fim, colocou uma questão sobre as espécies, mencionou o cultivo de macroalgas e pepino-do-mar e questionou especificamente qual era o destino do pepino-do-mar, dado que, na Martinica, existia uma grande atenção e preocupação relativamente a essas espécies.

O Sr. Jordi Fraut mencionou que relativamente à distância das áreas onde eram instaladas as explorações aquícolas, o plano estabelecia, de forma genérica, que zonas de instalação entre os 0 e os 20 metros de profundidade eram proibidas, ou seja, nenhuma instalação, independentemente da espécie ou natureza da exploração, poderia ser implantada a menos de 20 metros de profundidade. Essa restrição devia-se, em primeiro lugar, ao facto daquelas áreas serem geralmente as mais ricas em biodiversidade da região, além disso, predominavam fundos rochosos, que dificultavam a instalação das explorações devido às limitações na ancoragem das estruturas e à menor capacidade de autodepuração do substrato rochoso em comparação com o arenoso. A partir dos 20

metros, e em algumas zonas, dependendo de critérios de ordenamento, cabia ao promotor decidir a localização das explorações dentro das zonas autorizadas, respeitando sempre uma série de condicionantes ambientais estabelecidos pela normativa. Por exemplo, a instalação dependia do tamanho das jaulas: quanto maior a jaula, maior a profundidade necessária. O plano também estabeleceu condicionantes concretos em relação a zonas de vertidos de águas residuais, com distâncias mínimas definidas em função do caudal vertido, sendo a máxima de 500 metros para caudais significativos, bem como em relação à distância a núcleos urbanos, zonas de interesse turístico portos, com distâncias na ordem dos mil metros. Para além disso, durante a avaliação de impacto ambiental, eram obrigatórias simulações de dispersão de descarga de efluentes. Essas simulações permitiam estimar as concentrações de matéria orgânica que se sedimentariam no fundo e as que vão ser produzidas na coluna de água, avaliando a qualidade da água e a compatibilidade das produções. O procedimento incluía também a análise de efeitos cumulativos e sinérgicos com outras atividades no entorno, como múltiplos vertidos de águas residuais na mesma zona. Quanto à qualidade da água e às alterações provocadas pelo aquecimento global, foi referido que, embora existissem incertezas, o conhecimento atual permitia gerir os impactos de forma adequada. Mencionou que fenómenos como a proliferação de algas ou a presença de ciguatoxina (*Gambierdiscus toxicus*) afetavam algumas espécies selvagens, especialmente peixes de topo de cadeia trófica, mas não as espécies de aquacultura, devido à alimentação controlada à base de rações fornecidas nas instalações. Conclui afirmando que o conjunto de normas, distâncias mínimas e simulações de dispersão assegurava um elevado nível de proteção do meio marinho e da qualidade da água, e permitiam a instalação e exploração da aquacultura de forma segura e ambientalmente sustentável.

O Sr. Jordi Fraut afirmou que no caso das macroalgas, apesar de em outras regiões, como Coreia e Japão, serem cultivadas no mar em sistemas denominados linhas longas (*longlines*), que basicamente eram tiras nas quais eram instaladas as diferentes espécies, nas Canárias o objetivo era o cultivo em terra. O único cultivo que se revelou realmente bem-sucedido foi o das microalgas, algas unicelulares microscópicas. Ainda assim, incluíram-se as espécies de macroalgas porque houve a tentativa de um promotor em cultivar pepino-do-mar, espécie que dependia destas macroalgas, como alimento. Observou-se que relativamente ao pepino-do-mar, não se realizava qualquer transformação ou utilização direta da espécie, no entanto, existia por parte do mercado asiático, um grande interesse nesse produto. O procedimento consistia em retirá-los da água, secá-los e enviá-los para a China, onde eram considerados um alimento apreciado.

O Sr. David Pávon (*Federación Regional de Cofradías de Pescadores de Canarias*) afirmou que a relação entre a aquacultura e a pesca nas Canárias, era boa e conviviam de forma harmoniosa. Reconheceu que, no passado, existiram conflitos, motivados sobretudo pelo desconhecimento sobre a aquacultura e por interpretações equivocadas de que a aquacultura poderia roubar espaço ao setor pesqueiro, levando os pescadores a defenderem vigorosamente o seu espaço de pesca. Enfatizou que a chave para a convivência pacífica residia em três aspetos principais, do ponto de vista do setor pesqueiro: o reduzido impacto sobre o recurso e o meio ambiente, a inexistência de concorrência direta nos mercados e a não competição pelos recursos económicos

essenciais. Referiu que a aquacultura moderna tinha minimizado significativamente os impactos ambientais, considerados inferiores aos de outras atividades. Reconheceu que os impactos existentes eram residuais e pontuais, concluindo que, na avaliação do setor pesqueiro, a aquacultura nas Canárias constituía um exemplo de boa prática, com benefícios mútuos e sem concorrência direta.

O Sr. Jorge Gonçalves referiu que nas Canárias, existia já uma produção significativa nomeadamente de robalo e dourada. Solicitou indicação aproximada do volume de produção e esclarecimento sobre se esta se destinava essencialmente ao consumo local ou à exportação, tendo em conta que as Canárias recebiam cerca de 18 milhões de turistas por ano, o que tornava pertinente saber se a produção servia para alimentação própria ou para abastecimento de mercados externos. Colocou ainda a questão da origem da alimentação fornecida aos peixes, nomeadamente se era importada da Península ou se existiam fábricas locais, dado que a importação implicava custos adicionais e poderia afetar a sustentabilidade económica da produção. Referiu também que as características do mar nas Canárias, muito apetecível para a aquacultura, com águas próximas da costa africana e ventos predominantes do mesmo quadrante, permitiam selecionar adequadamente as áreas de instalação das jaulas, o que não representava um problema para a atividade. Finalmente, questionou se já tinham sido realizadas experiências ou se existia conhecimento sobre experiências anteriores com sistemas de cultivo em circuito fechado, como forma de avaliar alternativas à produção em mar aberto.

O Sr. Jordi Fraut referiu que ao contrário das microalgas, que funcionavam em circuito aberto próximo da costa, as operações contavam com sistemas de filtragem e radiação ultravioleta, para não perder o próprio produto, essencial do ponto de vista económico e para evitar a libertação destas espécies no meio marinho, embora se tratassem de microalgas cosmopolitas, presentes em grande parte do Oceano Atlântico, destacou que o cultivo de algas apresentava um impacto praticamente neutro no meio marinho, atuando como um filtro natural ao assimilar os nutrientes adicionados para o crescimento e devolvendo à água com níveis residuais de nutrientes e matéria orgânica, tornando a atividade praticamente inofensiva do ponto de vista ambiental. Esclareceu ainda que a alimentação dos peixes dependia, em grande medida, de produtos importados de empresas da Península Ibérica e de outros países europeus, uma vez que não existiam, à data, empresas locais de produção, sendo maioritariamente importados tanto os juvenis como a ração. Referiu que existiam algumas iniciativas com vista ao desenvolvimento de unidades locais capazes de fechar o ciclo de produção das espécies, tendo sido igualmente analisada a viabilidade de criação de uma indústria local. No entanto, salientou que essa possibilidade se encontrava limitada pelas características das águas das Canárias, que, apesar da elevada biodiversidade, são oligotróficas e apresentam baixa biomassa, o que dificulta a recolha de espécies selvagens em quantidade suficiente para sustentar uma indústria desse tipo. Relativamente ao destino da produção, referiu que esta era maioritariamente destinada à exportação, existindo apenas um consumo local limitado, sobretudo no setor da hotelaria e restauração turística, onde a produção controlada permitia disponibilizar peixes com tamanho comercial adequado, nomeadamente entre um e dois quilos. Acrescentou que a disponibilidade futura de ração constituía um desafio de âmbito global, estando a investigação orientada para a redução da utilização de farinha

e óleo de peixe, através da introdução de proteínas de origem vegetal e outros componentes. Salientou que as características da região dificultavam o desenvolvimento de uma indústria local de ração, sendo, ainda assim, fundamentais para a sustentabilidade da atividade a escolha adequada dos locais de implantação, a utilização de espécies controladas, o investimento em investigação científica e a formação de recursos humanos qualificados, bem como a participação de investidores locais, preferencialmente da região. Destacou igualmente a importância da coexistência complementar e não conflituosa com a pesca e da seleção de espécies locais que não fossem alvo de captura significativa pelo setor pesqueiro. Concluiu sublinhando que a planificação constituía um pilar essencial para sustentar a aquacultura e outras atividades marinhas, em especial em regiões ultraperiféricas como as Canárias, onde a relação com o mar era histórica e estratégica.

Pontos de ação:

Não foi determinado nenhum ponto de ação para este tema.

Não havendo mais intervenções ou pedidos de palavra o Sr. François Herman deu por encerrada a reunião e agradeceu a presença de todos.

Conclusões/Recomendações:

Os pontos de agenda foram cumpridos. ND

Membros efetivos:

<i>Associação de Produtores de Atum e Similares dos Açores</i>	Pedro Capela
<i>Associação de Produtores de Espécies Demersais dos Açores</i>	Jorge Gonçalves
<i>Associação dos Comerciantes do Pescado dos Açores</i>	Pedro Melo
<i>Association Réunionnaise Interprofessionnelle de la Pêche et de l'Aquaculture</i>	Bruno Langlade
<i>Comité Régional des Pêches Maritimes et des Élevages Marins de La Réunion</i>	Gérard Zitte
<i>Comité Régional des Pêches Maritimes et des Élevages Marins de Martinique</i>	Jean-Michel Cotrebil
<i>Federação das Pescas dos Açores</i>	Ruben Farias
<i>Federación Regional de Cofradías de Pescadores de Canarias</i>	David Pavón
<i>Syndicat des Producteurs Aquacoles de Guadeloupe</i>	François Herman

Observadores:

<i>BG Sea Consulting</i>	Benoît Guerin
<i>Collectivité territoriale de Saint Martin</i>	Élie Touzé
<i>Collectivité territoriale de Saint Martin</i>	Mirella Meraut Laurence
<i>Dirección General de Pesca de Canarias</i>	Jordi Fraut
<i>Dirección General de Pesca de Canarias</i>	Íñigo Bosch Canals
<i>Escola do Mar dos Açores</i>	Ana Rodrigues
<i>DGMARE</i>	Amanda Pérez
<i>Food and Agriculture Organization of the United Nations</i>	Doris Soto
<i>Grupo de Acción Costera de Gran Canaria</i>	Montserrat Gimeno Ortiz
<i>International Council for the Exploration of the Sea</i>	Rui Catarino